

LICENÇA DE OPERAÇÃO**LO N° 012/2026**

O Departamento de Meio Ambiente - **DEMA**, criado por Lei Municipal nº 1580/2002, conforme Resolução do CONSEMA 151//2007, que dispõe sobre a Habilitação do município de Paim Filho para a realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local e Resolução CONSEMA 372/2018, que atualiza e define as tipologias, que causam ou que possam causar impacto de âmbito local, para o exercício da competência Municipal para o licenciamento ambiental, no Estado do Rio Grande do Sul e com base nos autos do processo administrativo nº 081/2025, expede a **LICENÇA DE OPERAÇÃO/CORRETIVA** que autoriza :

I -Identificação:**EMPREENDEDOR:** Itamar Zuanazzi Tozetto**CPF:** [REDACTED]**Endereço:** Rua Montenegro,155**Município:** Paim Filho-RS**EMPREENDIMENTO :****Nome:** Itamar Zuanazzi Tozetto ME**CNPJ:** [REDACTED]**Endereço :** Rua Montenegro ,155**Município:** Paim Filho-RS**Coordenadas Geográficas:** Lat. -27.70584° Long. -51.76775°**A PROMOVER A LICENÇA DE OPERAÇÃO/CORRETIVA DA ATIVIDADE DE:**

Oficina Mecânica/Chapeação/Pintura

Área construída (m²): 310,00**Área útil total (m²):** 350,00**Área da propriedade (m²):** 1.133,38**Porte:** Pequeno**Potencial Poluidor:** Médio**CODRAM:** 3430,20

1. Quanto a localização e características das construções em geral:

1.1 Esta licença está de acordo com o Parecer Técnico LO 171/26 emitido pela Araucária Serviços Topográficos, Projetos e Consultoria e autoriza a atividade de Oficina Mecânica de veículos automotivos;

1.2. É proibida a atividade de Oficina de Chapeação e Pintura, desmanche de veículos;

1.3. Qualquer alteração na atividade (projeto, equipamento, área física, tratamento de efluentes, produção, razão social, etc.) deve ser comunicada previamente ao Departamento de Meio Ambiente Municipal;

1.4. O empreendimento não está localizado em área de preservação conforme Art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012;

1.5. Em hipótese alguma poderão ocorrer atividades de operação do empreendimento fora do pavilhão industrial;

1.6. O empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento;

1.7. No caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, realocação, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto ao órgão competente;

1.8. Esta licença não exime o empreendedor do atendimento às demais obrigações legais (federais, estaduais e municipais);

1.9. Toda a área da empresa deverá ser de piso impermeabilizado;

1.10. O Alvará de Localização e Funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal, deverá ser renovado de acordo com a validade do mesmo;

1.11. Manter lixeiras identificadas com as diferentes classes de resíduos dentro da área da empresa, devendo cuidar com a correta separação e envio para empresas contratadas para o destino final dos resíduos gerados pela atividade;

1.12. Manter o local limpo e organizado, destinando os resíduos acumulados e sem uso para empresas especializadas no recolhimento do material;

1.13. O responsável pelo licenciamento ambiental, PCA, ETE e PGRS é o Engenheiro Agrônomo Adiel Fernando Biedacha, CREA RS200368, ART 12580163;

2. Quanto aos efluentes líquidos:

- 2.1. A empresa não poderá lançar efluentes líquidos industriais e/ou sanitários em corpos hídricos ou no solo sem o prévio licenciamento da FEPAM ou Órgão Municipal;
- 2.2. Os esgotos sanitários deverão ser convenientemente tratados;
- 2.3. A atividade irá gerar efluente líquido industrial na lavagem de peças e o efluente é tratado em caixa separadora de água e óleo;
- 2.4. Os efluentes líquidos tratados não poderão vir a contaminar águas superficiais e/ou subterrâneas;
- 2.5. Os efluentes líquidos industriais tratados deverão seguir o padrão da Resolução CONSEMA nº 355/2017 para o lançamento em recursos hídricos.

3. Quanto aos Sons e Ruídos:

- 3.1. Os níveis de ruídos gerados pelas atividades do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela ABNT NBR 10151 e suas atualizações, conforme Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/1990;

4. Quanto as emissões atmosféricas:

- 4.1. Vedada a queima de resíduos de qualquer natureza;
- 4.2. As operações na área do empreendimento não poderão produzir emissões de substâncias odoríferas e/ou tóxicas na atmosfera, em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de sua propriedade, ou que venham causar incômodos à vizinhança;
- 4.3. Não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;
- 4.4. Os equipamentos de processo, assim como os de controle de emissões atmosféricas, deverão ser mantidos operando adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;
- 4.5. Os equipamentos e operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera;

4.6. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas pela atividade industrial, de modo a não atingir níveis passíveis de causar incômodos à vizinhança.

5. Quanto aos resíduos sólidos industriais:

5.1. A empresa deverá segregar, identificar, classificar e acondicionar os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área da empresa, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

5.2. O resíduo sólido gerado, quando armazenado na área da empresa, deverá ficar a uma distância mínima de 30 metros de qualquer corpo hídrico até ser encaminhado ao destino final;

5.3. A empresa deverá verificar o licenciamento ambiental das empresas para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Art. 9º do Decreto Estadual nº 38.356 de 01/04/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;

5.4. A empresa deverá manter à disposição da fiscalização, comprovante de venda de todos os resíduos sólidos que forem vendidos e comprovante de recebimento por terceiros de todos os resíduos que forem doados com as respectivas quantidades, por um período de 2 anos;

5.5. Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, conforme parágrafo 3º Art. 19 do Decreto nº 38.356, de 01/04/98;

5.6. As lâmpadas fluorescentes usadas deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente, em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;

5.7. Armazenar de forma adequada as embalagens contaminadas com resíduos perigosos devendo destiná-las a coletores licenciados pelo órgão ambiental competente;

5.8. Armazenar até o destino final todos os resíduos dentro da fábrica ou em área própria. A área de armazenamento dos resíduos deverá ser coberta para que não ocorra a contaminação dos resíduos ou mesmo que umedeçam e com isso deixarem de ser reciclados ou até mesmo contaminar o solo;

5.9. Identificar o local da gestão provisória dos resíduos, mantendo lixeiras (tonéis) identificadas com as diferentes classes de resíduos gerados pelo estabelecimento.

6. Quanto aos Óleos Lubrificantes:

6.1. O óleo lubrificante usado só poderá ser alienado a coletores de óleo e rerrefinadores devidamente licenciados, conforme Resolução CONAMA 362/2005 e cadastro junto a ANP:

7. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência

7.1. Deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

Documentos a apresentar para a obtenção da Renovação da Licença de Operação:

1. Requerimento solicitando a Renovação da Licença de Operação;
2. Formulário preenchido e atualizado;
3. Cópia da Licença de Operação;
4. Relatório fotográfico do empreendimento, contemplando todas as áreas da atividade;
5. Cópia do Alvará de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal;
6. Declaração de inalterabilidade da atividade;
7. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de profissional habilitado, responsável pelas informações técnicas de licenciamento ambiental;
8. Notas das entregas dos resíduos para empresas prestadoras deste serviço;
9. Plano de gerenciamento dos resíduos sólidos com ART;
10. Comprovante dos custos de Licenciamento Ambiental.

A renovação da Licença de Operação do empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Esta licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 4 anos a contar desta data. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A presente licença só autoriza a área em questão. Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização e poderá ser revisada pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente e ajustada conforme legislação em vigor.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões e qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Data de emissão: Paim Filho, 29 de Julho de 2026

Este documento licenciatório é válido para as condições acima até: 29 de Julho de 2030.

Documento assinado digitalmente
 **CRIS MALINOWSKI ZANDONA**
Data: 29/07/2026 15:13:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEMA: Licenciamento Ambiental

Cris Malinowski Zandoná

Bióloga/CRBIO 45689-03D